



Câmara Municipal de São Gotardo

Ata 10ª Reunião Extraordinária da XXV Legislatura do ano de 2025, realizada no dia 04 do mês de Setembro do ano de 2025, no Plenário de sua sede localizada na Praça São Sebastião n.45, nesta cidade, onde reuniram-se **sob a presidência do Sr. Fernando de Albuquerque França** e os demais vereadores **Adriano Leonel de Andrade, Carlos Alves de Camargos, João Wilson de Camargos, José Eugênio Alves, Leonardo Pompeu Madeira, Márcia Resende de Araújo, Marcos Paulo Ferreira de Souza, Renê Luiz César Ferreira, Rithelle Natanael Silva, Roberto Carlos de Oliveira, Silvério de Paula, Waldemário de Souza França Filho**. Cumprimentando todos os presentes, o Sr. Presidente Declara: **“Havendo quórum regimental em nome de Deus declaro aberta 10ª Reunião Extraordinária do ano de 2025.”** Prosseguindo, a **LEITURA DA ATA DA 09ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2025, OCORRIDA EM 02 DE SETEMBRO DE 2025.** O vereador João Wilson solicitou a dispensa da leitura da ata. A leitura da ata foi **dispensada por 12 (doze) votos**. Execução do Hino Nacional e de São Gotardo de acordo com a Resolução n. 278/2018. **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJETOS:** Projeto de Lei nº 49 de 06 de Junho de 2025 que “Estabelece diretrizes municipais para a prestação do serviço de manejo de resíduos sólidos urbanos, por meio de gestão associada, e dá outras providências”. **EMENDA Nº 01 – MODIFICATIVA:** O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 8º DO PROJETO DE LEI 49/2025 PASSA A TRAMITAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:



Câmara Municipal de São Gotardo

Art. 8º. (...) Parágrafo Único: Fica vedada a cobrança da tarifa na fatura de outros serviços públicos, podendo essa ser cobrada mediante guia separada. A Emenda 01 ao **Projeto de Lei nº 49/2025** está em discussão (após discussão). A Emenda 01 ao **Projeto de Lei nº 49/2025** está em votação (votação painel eletrônico). A **Emenda 01 ao Projeto de Lei nº 49/2025 foi aprovada por 09 votos. EMENDA Nº 02 – SUPRESSIVA.** Fica suprimido integralmente o Artigo 15. Art. ~~15. Ficam ratificados, sem ressalvas, o primeiro e o segundo termo aditivo ao Contrato de Constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba (CISPAR), cujo inteiro teor consta do Anexo 1, 2 e 3 desta Lei.~~ A Emenda 02 ao **Projeto de Lei nº 49/2025** está em discussão (após discussão). A Emenda 02 ao **Projeto de Lei nº 49/2025** está em votação (votação painel eletrônico). A **Emenda 02 ao Projeto de Lei nº 49/2025 foi aprovada por 08 votos.** Leitura dos Pareceres. (Leitura feita pelo 1º Secretário). O **Projeto de Lei nº 49/2025 com emendas** está em discussão (após discussão). **Vereador Carlos Camargos:** Senhor presidente, colega vereadora Márcia, vereadores, prefeito Makoto Sekita, Lander, secretários, funcionários da casa, doutor Pedro Promotor, imprensa, público em geral. Gostaríamos que esta casa estivesse repleta de população, de pessoas, cidadãos, para que nós possamos votar e a população estar mais a par de uma matéria bastante polêmica, por se tratar de criação de taxas para o nosso povo pagar. Da mesma forma que fiz na audiência pública, gostaria de me manter coerente, transparente e não omitir a minha posição. Sabemos



Câmara Municipal de São Gotardo

que o Executivo, o Ministério Público, têm toda boa-fé, pois a cobrança em cima do Executivo Municipal é de que tem que encaminhar esse projeto de lei para ser votado na Câmara Municipal. Ora, engraçado, o Governo Federal, através do Congresso Nacional, vota, aprova o aprimoramento das leis de saneamento e resíduos sólidos em 2020, com a Lei 14.026, com certeza com a intenção de melhorar o controle do saneamento e de resíduos. Mas não há participação e contribuição do governo federal, do governo estadual para a construção das estruturas necessárias, ou seja, aterro de lixo, estrutura para coleta seletiva, e assim por diante. O que seria justo seria uma lei, realmente, para que nós discutíssemos e tratássemos o problema grave dos resíduos sólidos. Do saneamento, do esgoto. Porque hoje é muito fácil produzir lixo. Todo mundo pega uma sacola em supermercado, as garrafas plásticas, vidros e tudo mais. Isso é fácil de consumir com tanto produto que tem. Só que, ao invés de votar um projeto de lei onde todos iriam contribuir, o Congresso Nacional vota para criar taxa para o nosso povo. Eu me baseio nessa injustiça, mais uma vez, do nosso Congresso Nacional, que tem mostrado nos últimos tempos que é cada vez mais inimigo do povo. Só quer votar matérias para eles mesmos, para eles mesmos se perpetuarem no poder, para nem serem investigados, para nem serem incomodados. Até a lei da Ficha Limpa, que foi um grande passo, um grande avanço de uma lei de iniciativa popular, foi massacrada esta semana. Foi destruída esta semana. Agora querem votar blindagem de congressistas, de deputados e senadores, para não serem

2.



Câmara Municipal de São Gotardo

investigados, para que nunca sejam punidos por seus atos, contrariando a lei da transparência pública de autoria do deputado Reginaldo Lopes. Então é com muita tristeza que eu, vereador do município de São Gotardo, tenho que chegar aqui nesta casa com uma lei para colocar os vereadores numa situação constrangedora perante a população e, respeitando o voto de cada colega aqui, não é possível dizer que nós somos obrigados a votar sim. Então, que o Congresso Nacional já não tivesse determinado a taxa, para não nos expor aqui no município? Quanto recurso é arrecadado que vai para o governo federal? Para deputados fazerem indicação de emenda parlamentar do orçamento secreto? Para senador, para a gente nunca ver o recurso do senador chegar na nossa cidade, para indicar e usar emenda PIX sem prestação de contas do que vai ser usado, para gastar à bancarrota nos seus currais eleitorais Brasil afora? Os 9 bilhões de emendas que estão sendo investigadas recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, porque não há prestação de contas, para jogar nas costas do nosso povo em São Gotardo mais uma taxa, e vai Brasil afora. É por isso, gente, que com todo respeito às pessoas envolvidas, não há como... Isso aqui não é uma votação de vereador contra vereador ou vereador contra Executivo. Muito pelo contrário, estarei caminhando os quatro anos com o Executivo, votando todas as matérias. Mas esta matéria não é uma matéria do prefeito Makoto Sekita e do Lander, que fique muito claro nas redes sociais. Que Makoto Sekita e Lander, o Executivo municipal, o Ministério Público, não estão cobrando aqui uma lei que eles criaram, não. É uma injustiça o que esse

R



Câmara Municipal de São Gotardo

Congresso Nacional faz conosco. E é triste porque o nosso povo está muito ligado na tela do celular, envolvido com tanta informação para que fiquem confundidos mesmo. Esse despejar da inteligência artificial e das big techs nos celulares é para confundir a cabeça do nosso povo. Houve uma campanha muito grande nos últimos 6, 7, 8 anos para acabar com as entidades de representação que questionam nas assembleias, no Congresso Nacional; para acabar com os sindicatos, acabar com as associações, acabar com as contribuições, porque os deputados e senadores não querem ninguém incomodando eles em Brasília. Você acha que o cidadão aqui de São Gotardo vai chegar lá em Brasília sem representatividade para discutir um tema importante aqui para o nosso município, para questionar a lei ambiental? Infelizmente, nós estamos vivendo, caminhando para um ideal de estado mínimo, onde o Congresso não quer a participação do povo, porque é muito mais fácil, é muito mais tranquilo, é muito melhor ser deputado sem povo para incomodar. Então, a minha defesa, o meu voto, será baseado em uma série de indignações, de insatisfações, de que nós estamos sendo muito mal representados pelo nosso Congresso Nacional. O Congresso manda hoje em 53% do orçamento. Não somos mais um presidencialismo, é híbrido. E cada vez vai piorar, porque o poder econômico... só vão se eleger deputados de poder econômico, senadores de poder econômico, para cada vez mais votar para eles mesmos e contra o povo. E presidentes, porque eleja-se qualquer presidente na próxima eleição ano que vem, que será refém do Congresso Nacional,



Câmara Municipal de São Gotardo

refém do Centrão, e não há mais força do povo para discutir as matérias importantes. Não há nem como manifestar mais. Eu ia em 2013, em Brasília e Belo Horizonte, tinha muita manifestação de vários segmentos do povo. Não há mais. Tem pouquíssima manifestação de pessoas que lutam por diversas causas, seja quais forem nesse país, porque foi acabando a representatividade. Então, senhoras e senhores, as leis... trata-se realmente do saneamento, a proposta, o projeto. Nós gostaríamos, eu gostaria de votar sim. Eu gostaria que nós tivéssemos o controle ambiental do nosso esgoto, das nossas nascentes. Mas, igual eu disse na audiência pública, com muita tristeza, em 2021 esta casa denunciou tudo que está hoje do mesmo jeito nos nossos córregos. Córrego Vassouras, Córrego Confusão, Córrego do Arroz, Córrego da Venda. De 2021 para cá houve muito pouca evolução das redes coletoras da Copasa. Por que eu tenho que tocar na questão da taxa da Copasa? Essas três leis, 11.445 de 2007, 12.305 de 2010 e 14.026 de 2020, que vieram atualizando todas as leis do Marco Regulatório do Saneamento e Resíduos. Lá em 2007, era a mesma pressão em cima da Câmara Municipal, que votou aqui, aprovou, e o prefeito da época fechou um contrato de 30 anos com a Copasa. Em 2011, era para estar toda a estação e estrutura de tratamento de esgoto de São Gotardo pronta. E eu pergunto ao povo de São Gotardo, ao povo que está aqui: está pronto? Está tratando? Mas nós estamos pagando desde o início. Desde 2022, ao invés de pagar pelo tratamento de todo o esgoto que não chega na estação, está pagando unificação tarifária. Eu filmei os córregos



Câmara Municipal de São Gotardo

recentemente e vou postar na minha rede social. Está tudo detonado. A Copasa diz que com o TAC, que assinaram com o Ministério Público e o Executivo Municipal, e esta casa... diz que ano que vem entregam tudo. Eu quero pagar para ver. Eu quero ir em cada córrego, filmar e dizer que ela cumpriu, mas eu duvido. Eu duvido. A COPASA não tem equipe nem para limpar um PV de esgoto que está jorrando lá no Córrego, nenhuma rede arrebitada, não, um PV de esgoto que estava jorrando em uma nascente aqui no Córrego Vassouras. Não é construir estrutura, não. Já romperam pelas estruturas do Córrego Vassouras aqui todas as vezes que eles construíram, porque construíram mal construído. Quantos anos está rompido aqui no Córrego Confusão, ali próximo abaixo do Balneário? Então, com essa ferida aberta da taxa de esgoto da Copasa, não tem justiça que defenda o nosso povo. Ninguém nos defende. Pelo menos temos o Ministério Público Local, mas ele não tem força sozinho. E se a ação for para o Estado de Minas Gerais, os desembargadores não levarão o caso adiante, eles não vão votar, porque se for para Brasília eles perdem, na terceira instância. Então, senhores e senhores, não se trata aqui de uma luta uns contra os outros. Eu já estou nesse negócio há muito tempo. Há quanto tempo eu lido com política? Muito antes, doutor Pedro, do senhor chegar a São Gotardo, muito antes, eu era bem jovem. Primeira eleição do Seije, depois várias eleições, Doutor Paulo Ueijo, eu já estava lá nas fileiras políticas. Em 2005, eu estava bem atuante na cidade, tive 353 votos, esta casa tinha 13 cadeiras. O TSE voltou para nove, fiquei de fora. Eu era o décimo segundo



Câmara Municipal de São Gotardo

eleito. Em 2008 me tiraram a condição de ser candidato. Eu continuei trabalhando. Então eu assisti a muita coisa na política de São Gotardo e assisti à votação quando pressionaram aquela Câmara Municipal para votar a taxa de esgoto. Agora vamos ser pressionados de novo. Não é possível. O Ticuncum passou pelo governo e sofreu pra caramba por culpa da Copasa. Então, senhores, é uma lei federal, não é o Makoto que está mandando para esta casa, foram obrigados a mandar. Cidades afora vão acordar no dia em que a taxa chegar em casa. No dia que chegar a conta. Então, senhores e senhores, eu, com muita tristeza, vejo que nós temos um grande problema ainda com o entulho, que será outra batalha. Nós temos a lei de logística reversa, se muitos não sabem, um pouquinho a gente lê, que deveria já estar sendo cumprida por toda a indústria de produção e distribuição e não cumpre. Hoje se cumpre a lei de logística reversa, que é a lei de 2010, só com agrotóxicos, os resíduos hospitalares e farmacêuticos, óleos lubrificantes, pneus, e a latinha que o nosso povo pobre cata para sobreviver. Vá aqui nos bairros do Boa Esperança, lá na Guarda dos Ferreiros, no São Geraldo, nos bairros periféricos, e pergunta se a hora que a taxa chegar, não vai faltar para comprar alimento. Vivemos um agronegócio, graças a Deus, pujante, mas onde há riqueza, também há pobreza. Tem gente que não dá conta de pagar as contas. Se nós não fôssemos uma cidade com tanta assistência por várias instituições a qual eu pertenço, e outras aí, muitas instituições, nosso povo passava fome. Se não fossem os programas sociais do governo federal, que repassam muitos



Câmara Municipal de São Gotardo

recursos para as contas dos municípios, para o bolso da população comprar alimento, roupa, para ir uniformizado para a escola, se não fossem os programas de ajuda, ficaria muito pior para nós. A gente tem que melhorar os programas, não querer acabar com eles. Então, gente, é com muita tristeza que eu vejo que a indústria, a Ambev, a garrafinha Longneck, a linda garrafinha da Heineken, da Amstel, as latas, os plásticos da Coca-Cola, as lindas garrafas de vinho que eu vendo no meu supermercado, os enlatados, as pilhas, as lâmpadas, os eletrônicos, nada disso é cumprido pela indústria. Então quer dizer, a indústria então vem primeiro cumprir sua obrigação de pontos de coleta... já vou encerrar, presidente, os pontos de coleta... que esse lixo vai sobrar na nossa conta. Esse resíduo que devia ser coletado pela indústria, pela rede distribuidora de plásticos, vidros, alumínio, eletrônicos e tudo mais, deveria ser recolhido pela indústria. Nós vamos pagar a conta caso essa taxa seja aprovada ou sejamos obrigados a cobrar de alguma forma? Aí, é nas costas do povo de novo, gente. Então, com todo respeito. Infelizmente, estarei com o prefeito Makoto e espero que ele e o Lander compreendam, não é nada pessoal, é princípio de um homem que tem ética e não foge das suas responsabilidades de ser transparente. Muitas das vezes eu sou mal interpretado, mas eu voto com a minha consciência com meu coração, com aquilo que eu acredito que deveria ser a atitude do nosso Congresso Nacional. E só quero finalizar aqui, eu gostaria de ler aqui os deputados do Estado de Minas Gerais, os nossos deputados federais que votaram a favor e votaram contra essa lei de 2020. Alê Silva, do PSL, votou sim.



Câmara Municipal de São Gotardo

André Janones, do Avante, votou não. Áurea Carolina, do PSOL, votou não. Charles Evangelista, do PSL, votou sim. Diego Andrade do PSD votou não. Dr. Frederico do Patriota votou sim. Eduardo Barbosa, Deus o tenha, votou sim. Euclydes Pettersen do PSC votou não. Fabiano Tolentino do Cidadania votou sim. Fábio Ramalho do MDB votou sim. Franco Cartafina do PP votou sim. Fred Costa do Patriota votou sim. Gilberto Abramo, do Republicanos, votou sim. Hélio Coelho Diniz, do MDB, votou sim. Lafayette de Andrada, do Republicanos, votou sim. Leonardo Monteiro, do PT, votou não. Lincoln Portela, do PL, votou sim. Lucas Gonzalez, do Novo, votou sim. Margarida Salomão do PT votou não. Mauro Lopes do MDB votou não. Patrus Ananias do PT votou não. Paulo Guedes do PT votou não. Pinheirinho do PP votou sim. Reginaldo Lopes do PT votou não. Rodrigo de Castro do PSDB votou sim. Rogério Correia do PT votou não. Stefano Aguiar do PSD votou não. Tiago Mitraud do Novo votou sim. Vilson da FETAEMG do PSB votou não. Weliton Prado do PROS votou não. Então, procurem saber quem são os verdadeiros representantes do povo do Estado de Minas Gerais no Congresso Nacional. Não estaríamos aqui com esse desgaste, com essa situação constrangedora, onde nós não estamos nem dormindo direito de preocupação, de não levar nada para o lado pessoal, para o promotor ficar chateado comigo, para o secretário não ficar, para o prefeito não ficar, por culpa de um Congresso Nacional inimigo do povo, que vota só... eles querem a blindagem para não serem investigados, e nós não temos mais um povo nas ruas fazendo leis como a lei da ficha



Câmara Municipal de São Gotardo

limpa, como a lei para não aceitar a blindagem de deputado e senador. Devolvo a palavra e me desculpe, o meu voto é não.

Vereador Waldemário França: Eu concordo com grande parte do que falou o colega Carlos Camargos. Ele falou a questão de irresponsabilidade. Eu acredito que a palavra responsabilidade é mais forte, apesar que a irresponsabilidade causa mais problemas. Mas nós estamos representando o povo sangotardense. E a lei federal de 2020... que não foi votada anteriormente, ela era para ter sido votada, ela é para o Brasil inteiro. Infelizmente não é só São Gotardo que não está cumprindo. É claro que quando a memória traz para o debate, eles recebem o apoio. Mas é muito mais importante para nós, para o pessoal que nos ouve e nos assiste, é que nós não cobramos deles essas atitudes. Certo? Seria muito mais fácil, já que eles nos obrigaram a ter um projeto de lei deles, para a câmara referendar, por que não fizeram lá? Lá está o povo, como você mesmo disse, lá não recebe qualquer um, não recebe o povo. Nós sim, nós convivemos no dia a dia com o povo. Então, baseado em responsabilidade com o município sangotardense, com o povo sangotardense, eu imagino o seguinte, independente da votação, do respeito à posição, como de qualquer colega aqui, mas eu acho que, se for aprovado o projeto, respeitando e acreditando como acredito na administração municipal atual, porque nós gastamos uma porrada de dinheiro com o recolhimento do lixo, e mal tratado, é mandando para fora. Então, aprovando esse projeto, o que acontece? A administração vai ter condição de ter recursos para investir em outras áreas, e a população vai ser agraciada



Câmara Municipal de São Gotardo

com outro tipo de benefício. Entendeu? Infelizmente, a lei... todo mundo paga imposto. Tem lá um imposto embutido quando a gente vai comprar um saco de arroz, feijão, açúcar, ou que seja a loirinha gelada, né? Estamos pagando um imposto que incide, que é o ICMS. É difícil essa situação? Essa é a terceira situação como vereador, em quatro mandatos, que passo, situação difícil e constrangedora. Foi a cassação de prefeito, de vereador, e agora esse projeto. E eu tenho a visão que nós não estamos criando taxa. Porque ela já existe, inclusive eu postei nas nossas redes, que se você olhar lá, ela está lá: "taxa de lixo". Entendeu? Agora a maneira de cobrar vai ser diferenciada. Mas o município tem que entender que o município também precisa de recursos. E se não for aprovado agora para que faça parte do consórcio, para que a população nossa pague a tarifa mais barata, virá mais na frente, mesmo que seja com o consórcio, mas com a taxa mais elevada. Ou seja, nós não temos caminho a escolher. No meu ponto de vista, estamos ajudando a população da melhor forma possível. Eu acredito, aproveitar a oportunidade que o Prefeito está presente, acredito em todas as nossas ações e acredito nesta câmara. Nem que seja irresponsável, que até hoje são 9 novos e 4 veteranos. Que já corre de antemão, sendo aprovado o projeto, a cobrança não vai ser cobrada de imediato, e o povo vai ter o seu benefício lá na frente. Se nós não aprovarmos, como eu disse, não aprovarmos agora, a taxa é X. Se deixar para depois, o prefeito não tem como renunciar receita, fere a lei de responsabilidade fiscal, a taxa vai ser maior. Então eu vejo por esse lado. Eu vejo o copo meio cheio, sabe? Eu não

R.



Câmara Municipal de São Gotardo

vejo ele meio vazio. Então, essa mensagem que eu gostaria de deixar aqui. Essa situação, deixar bem claro para quem está no plenário, quem está nos ouvindo e nos assistindo, é que esse projeto foi criado no Congresso Nacional, que deu para nós assim uma incumbência muito grande, que nós temos que votar mais cedo ou mais tarde. O município não pode fugir das receitas, não pode renunciar. E eu imagino o seguinte, se não votarmos aprovando agora, tudo bem. De qualquer forma, o município terá que fazer o tratamento do lixo. E voltar o projeto aqui e temos que votar sim de novo ou não. Se for reprovado, aí eu vou perguntar, vou deixar uma pergunta aqui: de quem seria a responsabilidade fiscal? Do Ministério Público? O prefeito entrou lá, administrou um orçamento que foi outro prefeito que fez, e ele fez a parte dele, mandou o projeto, e se precisar, recua, ele vai mandar de novo, e se for rejeitado, de quem é a responsabilidade? Aí está na Câmara, nós vereadores. E esse é o meu pensamento, porque eu acho que aí, a responsabilidade de quem está deixando de renunciar, somos nós. E nós vimos que a taxa foi a taxa da área social, quem tem a renda mínima na conta da Cemig, que está lá no CadÚnico social, também vai ter a taxa mais barata. Então, pensando nisso, mais para frente, não agora de imediato, aquilo vai ser melhor. Diante da situação do congresso, vai ser melhor para a população. Então, minha opinião é essa. Desde o início, eu já participei também no executivo, eu sei que é muito difícil, ninguém administra sem recursos. E as responsabilidades que o colega Carlos falou, das empresas e tudo, aí o Congresso tinha que fazer isso, né?



Câmara Municipal de São Gotardo

Nós não temos como, porque se eles falaram, obriga a devolver tudo isso aí, é só eles fazerem a lei. Você que tem um contato muito forte em Brasília, é só você usar seu prestígio, né? E cobrar, entendeu? Então... tem nós que falar e criticar. Aí todo dia batendo no Prefeito, por um buraco aqui, uma ambulância que vai lá e fica pulando, como fazer isso, que o outro não está, do matadouro, ou qualquer outra aí. Mas sem dinheiro, não, pessoal. Entendeu? Um remédio, uma cirurgia, dinheiro não nasce em árvore. Então, infelizmente, chegou o momento que nós temos que ser responsáveis com o município sangotardense e com o povo sangotardense. Certo? Não quero aqui mudar a opinião de ninguém. Respeito, porque era um aspecto muito importante. Hoje é difícil, é um marco na minha vida parlamentar, entendeu? E eu não estou criando taxa de lixo, é bom ficar bem claro isso. Que a taxa já existe. Se tivesse condição de mostrar no telão, eu mostrava. Olha, no IPTU de vocês, vem cobrado. É claro que ela vai ser diferenciada agora. Porque, para quem sabe, nós gastamos 6 milhões por ano com o recolhimento de lixo. Entendeu? Então, se a população colaborar um pouco, porque no IPTU a arrecadação é muito irrisória, quem puder vai pagar a taxa, mas terá a devolução de outra forma para a população: melhor saúde, melhores creches, melhor trânsito, que é um problema sério. Então, a gente tem que falar que muitas vezes, se viemos cobrar... Aquela pessoa me chamou aqui para a reunião, eu sou do povo, vocês vão votar. Se nós não temos autorização, eu vejo assim. O seguinte, só vai chegar um momento que vai dizer que tem que ser cobrado, não tem como. Que nós temos três



Câmara Municipal de São Gotardo

anos e quatro meses de mandato. Eu não sei também. Eu peço ao pessoal para analisar os anseios aqui e meu voto é sim.

Vereador Leonardo Madeira: Pela ordem, senhor presidente. Boa noite aos colegas vereadores, boa noite ao doutor Pedro, boa noite ao senhor prefeito, vice, a todos que nos acompanham na rede social e a todos os presentes aqui. Serei breve nas minhas palavras, porque o senhor Waldemário falou, o Carlos falou. Concorde com o Carlos em partes. É o seguinte: nós não estamos aqui votando lei de taxa de lixo, não. Eu quero deixar isso bem claro para a população. Porque o murmurinho na rua aí, os leões de WhatsApp, já estão falando aí: "vão votar a taxa de lixo". Não, nós não estamos votando taxa de lixo aqui, não. Vão cobrar dos parlamentares federais lá em cima, que votaram em 2020 essa lei. Agora, está na nossa mão o quê? Votar a concessão, né? A adesão ao consórcio. Olha o raciocínio: aderindo, a população paga menos. Se for para o município tocar sozinho, vai pagar mais. E aí, no futuro, não adianta chorar, não. Aí, não adianta chorar o leite derramado. Então, é deixar bem claro, conforme foi dito aí, é uma lei federal 14.026 de 2020. Lei federal que o Congresso votou. Não fomos nós vereadores que estamos votando. Não foi invenção do prefeito e do vice que criaram na cabeça essa lei e jogaram aqui na Câmara para nós votarmos. Eu quero, eu estou batendo nessa tecla que amanhã eu não quero ver no murmurinho dos leões de WhatsApp, não. Porque na hora de ir na audiência pública ninguém vai. Na hora de se pronunciar, na hora da palavra livre, ninguém fala nada. Aí depois é para engolir esse sapo e criticar. E isso eu não aceito.

P.



Câmara Municipal de São Gotardo

Não aceito. Então o que acontece? É simples. Isso aqui é igual a você comprar 10 caminhões e comprar 1. Se eu comprar 10 caminhões eu vou ter um desconto. Se eu comprar 1 vai ter um preço. É a mesma coisa. Se nós aderirmos ao consórcio, lá as 10 cidades do Alto Paranaíba já aderiram, inclusive a cidade polo que é Patos de Minas, o preço vai ser um. Se for para o nosso prefeito tocar o barco sozinho, vai ser outro. E aí não vai adiantar chorar o leite derramado depois. Então, eu já deixo bem claro aqui, certo? Já deixo bem claro a todos que o meu voto é sim. Ok? Muito obrigado. Devolvo a palavra.

Vereador Silvério de Paula: Senhor presidente. Cumprimentar aqui o excelentíssimo prefeito, o Makoto Sekita, nosso excelentíssimo vice-prefeito, o Lander Inácio, excelentíssimo promotor de justiça, o Dr. Pedro, digníssimo secretário do meio ambiente Dener, a imprensa, nobres colegas, colega vereadora Márcia, colaboradores da casa. Realmente é um tema polêmico, mas diante das palavras do nobre colega Carlos, que a gente concorda em partes, do nobre colega Waldemário e do nobre colega Madeira, eu cheguei a uma conclusão e durante essa semana nós pudemos refletir muito: nem tudo que é certo é moral. E veja bem, a Lei 14.026 de julho de 2020 que institui o marco do saneamento no país, o que é que ela veio falar? Foi aprovado no Congresso que todos os municípios do país têm que cumprir e instituir políticas públicas de saneamento. E lá é muito bem claro que os municípios que não cumprirem vão ser penalizados. E eu acho que essa lei não é moral, mas a lei foi feita para ser cumprida, então aqui nós não temos que discutir se está certo,

R.



Câmara Municipal de São Gotardo

se está errado. O que nós estamos discutindo e votando aqui é justamente uma adesão ao consórcio intermunicipal que é o CISPAP. Que veja bem, foi muito bem explicado pelo colega Madeira que se essa lei hoje não for aprovada, nós não vamos aderir ao consórcio. Mas nós não temos escapatória. Se correr, o bicho pega. Se ficar o bicho come. Então, independente, essa taxa já foi instituída pelo Congresso Nacional. Nós só vamos diferenciar agora: pagar menos com o consórcio, entre 10 a 15 cidades que fazem parte do consórcio do CISPAP, que é o consórcio do Alto Paranaíba, ou o município seguir sozinho e nós pagarmos em vez de um X, dois X. Então, eu quero aqui deixar bem claro, as leis existem para todos e para serem cumpridas por todos. E isso faz garantir a justiça, a ordem e os direitos fundamentais da sociedade. E quando não se cumpre, existem consequências. Então, nobres colegas, eu voto sim porque eu não quero ser responsável pela nossa sociedade depois pagar duas, três vezes mais por não estar participando desse consórcio. Muito obrigado a todos e que a sociedade em si tenha mais consciência e participe mais nos chamamentos públicos. Um abraço. **Vereador João Wilson:** Pela ordem, senhor presidente. Boa noite a todos. Boa noite, senhor prefeito, vice. Cumprimento a todos os servidores da Câmara também, e da prefeitura, todos os presentes, todos que estão nos assistindo nesse momento e todos os cidadãos que puderam comparecer. Inclusive, na audiência pública, concordo com todos os colegas em algumas partes. E foi falado que a população não compareceu, mas nós somos representantes legais do povo. Compareceram 366 pessoas, P.



Câmara Municipal de São Gotardo

cada um que foi com o seu voto, está representando a população nesse momento. Então, eu me senti representando o povo lá, naquele momento. E eu, nada pessoal com o Executivo, nada pessoal com a promotoria. E assim, é um projeto, ele veio pronto, tão simples. Assusta a gente que está votando nesse momento. Por quê? É para 30 anos. Então a gente não sabe, se você votar aqui, as consequências futuras para os cidadãos, para a nossa população. Aí o que acontece? O senhor Waldemário falou a questão, nós já pagamos nossos impostos, o senhor falou, o arroz, o feijão, material de limpeza. Então, sim, esses impostos pagos, eles vão para o governo federal. Grande parte fica no governo federal, a outra parte vem para o estadual e vem para o municipal, mas o montante maior fica no federal. Então o que acontece? Esses recursos que vêm para cá são limitados, sim, mas hoje nós temos direito à saúde com esses recursos, educação, meio ambiente, então já era para estar tudo incluso nesse imposto que já pagamos. Beleza, é uma lei federal? Sim, tem que ser cumprida. O município vai ter que cuidar do nosso meio ambiente. Em 2014, a gente foi conhecer o sistema de Matutina que era da coleta seletiva do lixo. Se tivesse implantado aqui naquele momento, eu mesmo fui com o prefeito à época, quer dizer, o posterior à época, a gente foi conhecer o sistema. Se tivesse implementado ele naquele momento, já estava funcionando de uma forma mais legalizada e com proteção do meio ambiente. Mas, infelizmente, não foi feito naquele momento, por desinteresse do prefeito da época, então não foi adequado ao município. E a minha preocupação



Câmara Municipal de São Gotardo

é que com essa taxa cobrada direto ao consumidor, ao cidadão, o que acontece? Hoje, aproximadamente 7 milhões que a gente paga no lixo terceirizado. Aí se ficar mais barato pelo consórcio, acredita-se que em torno de 4,5 a 5 milhões anuais. Esse dinheiro vai sair direto do bolso do contribuinte. Entende-se, na minha concepção, da seguinte forma: esse dinheiro vai parar de circular dentro do nosso município. E depois da pandemia, o comércio já ficou saturado. Quem é do comércio sabe. Hoje em dia, depois da pandemia, vocês concorrem com a internet, vocês concorrem com o Mercado Livre. Então, nosso mercado atual já está crítico. Após a cobrança, que será aproximadamente em 2027, aí a gente vai ver um impacto real no nosso comércio local. Infelizmente, não sei se é interesse do executivo atual, trazer indústria para São Gotardo. O agro é bacana, é forte aqui, sim. Mas assim, a maioria da riqueza fica na mão dos grandes. O trabalhador, ele paga aluguel. Quem paga aluguel, acredita que essa taxa vai ser repassada para o inquilino. E o que é que acontece? Vai aumentar mais a despesa dele, vai faltar para comprar o alimento, para comprar o remédio. Então essa é a minha preocupação. Nada a ver, nada pessoal com ninguém. Essa é a minha preocupação com o cidadão local e o comércio local. Meu voto vai ser não. Muito obrigado, desculpa a todos.

Vereador Adriano Leonel: Pela ordem do senhor presidente. Boa noite a todos. Como os nossos companheiros já cumprimentaram, então cumprimento a todos sem nomear, principalmente as pessoas que vieram aqui hoje participar desta reunião, e os que já foram embora. O que eu tenho para

R.



Câmara Municipal de São Gotardo

falar é muito rápido, eu não sou de falar muito. Mas, independente se o projeto for aprovado ou não, não está querendo dizer que quem votou a favor está contra a população. Porque, como bem disse o nosso amigo Madeira, é um consórcio, está se votando para criar uma adesão a um consórcio, e esse consórcio, ele tem desde 2020 que foi votada a lei. Então assim, não adianta a população ou pequenos grupos querendo denegrir ou fazer chacota com a imagem de quem votou sim ou quem votou contra. Então cada vereador tem o seu posicionamento, tem o seu pensamento. E assim, é muito fácil a gente jogar o problema para fulano de tal. Então, a responsabilidade hoje, ela é nossa. A responsabilidade hoje é nossa, porque da mesma forma que eu estou aqui hoje, eu estou representando os meus eleitores e também toda a população do município de São Gotardo. "Ah, então você está criando uma taxa para prejudicar as pessoas." Infelizmente não. Se esse projeto hoje for aprovado ou não, de qualquer forma ele virá de novo para esta casa. E nós teremos a mesma postura que tivemos hoje. Tem os que vão ser contra, tem os que vão ser a favor. Respeito cada um, né? Mas a minha responsabilidade, eu não vou passar ela para outro. Porque se hoje eu fui eleito, mesmo que isso venha a me prejudicar em uma política que venha, eu tenho que pensar na responsabilidade que eu tenho hoje, não na que eu vou fazer no futuro. Devolvo a palavra ao senhor. **Vereador Marcos Paulo:** Senhor presidente, boa noite a todos os presentes. Não vou citar autoridade por autoridade, desejo uma boa noite a todos. Gostaria de iniciar a minha fala. Como os demais já



Câmara Municipal de São Gotardo

falaram, se trata de um projeto muito complexo, onde eu acredito que mexeu com a cabeça de todos os vereadores durante esta semana, e não foi fácil para nós chegar até aqui. Conforme foi falado pelos demais vereadores, nós não estamos votando uma taxa. Isso é bem claro, nós não estamos votando uma taxa porque ela já existe, a taxa de lixo. Mas nós estamos acatando o aumento dessa taxa. Então é necessário que todos entendam. Respeito o posicionamento de cada um. O que eu vou falar e a minha posição não se trata de oposição a A, B ou C. Se trata de defender os ideais, defender aquilo que eu acredito. Hoje a população paga uma taxa de 60 reais ao ano. E quando vira o ano ali de dezembro, janeiro, essa mesma população recebe um aumento de salário de 6,5%, 7% conforme vem lá do governo federal. E hoje nós pegamos essas pessoas que estão pagando 60 reais anuais e nós aumentamos para elas 600% no valor da taxa, porque eu fiz as contas baseadas nos valores que foram passados na audiência, no caso 22 reais e 90. O equivalente a 10 metros cúbicos, são o equivalente a 10 mil litros de água. Nenhuma residência em São Gotardo gasta só 10 mil litros de água por mês. Para gastar 10 mil litros, a pessoa tem que ser solteira e ainda tem que economizar água. Com base no meu consumo de água, eu deixei claro isso aí, essa conta vai saltar de 60 para quase 400 reais. E para mim, para mim é tranquilo pagar essa conta. Ter um salário de vereador é tranquilo. Não pesa a hora nenhuma. No entanto, eu trabalho com pessoas há 20 anos da classe mais pobre, da classe mais humilde, que recebe o seu pagamento na data de amanhã, dia 5. Amanhã o dinheiro está

P.



Câmara Municipal de São Gotardo

na conta. E quando dá para o dia 15 mais ou menos, para alguns, não para todos, essa pessoa não tem mais o dinheiro para comprar o lanche da manhã, para tomar o seu café antes de iniciar o seu trabalho. Então, está muito claro que nós não estamos criando a taxa. A taxa realmente já existe. Mas nós, votando o projeto e aprovando, nós estamos permitindo um aumento de praticamente 600%. E isso não existe em lugar nenhum. Eu vou procurar não perder o foco, ficar concentrado só nesse tema. Quando eu falo desse aumento de praticamente 600%, é porque salta de 60 para praticamente 400 reais, para quem tem um consumo igual ao meu de 16 mil litros de água por mês. Então não é justo jogar uma carga desse tamanho nas costas da população, principalmente dos mais humildes, principalmente dos mais humildes, daqueles que estão no campo ou daqueles que estão trabalhando no comércio e ganham ali um salário mínimo, porque eu conheço muitas pessoas. Tem os que estão trabalhando no agronegócio, que é o meu setor, que ganham um pouco mais, porém, paremos um pouquinho e façamos as contas que o custo de vida está um absurdo. Se hoje uma pessoa, um pai de família onde ele tem a esposa e um filho... Se tiver dois filhos no máximo, não precisa mais do que isso. Se ele pagar aluguel e ele ganhar ali 3.500, 4.000 reais por mês, se ele não apertar, deixar de comprar uma roupa para o filho ou alguma coisa, ele passa fome. Porque você tem uma taxa de aluguel em São Gotardo de no mínimo aí de mil reais. Você pega água, luz, chega ali tranquilamente a 500. E aí vem farmácia, vem as outras coisas, vem o mercado. Mercado hoje para duas

R.



Câmara Municipal de São Gotardo

peessoas não fica menos de mil reais a hora nenhuma. Eu falo porque lá em casa somos duas pessoas. E não usamos nada de luxo. Compramos do mais simples, do mais básico, porque temos origem humilde. Aprendemos a valorizar o nosso dinheiro. Então, ou seja, com 3, 4 mil, passa apertado. Não consegue pagar suas contas todas. Então, com base nesse discurso, eu não acho justo que seja imposta à população essa taxa desse tamanho. A respeito da lei, a lei é legítima. A lei é legítima, sabemos que a lei é legítima, foi estudado nesta casa. A lei é legítima, não há inconstitucionalidade. O que há é uma carga que não está sendo dividida. É uma carga que não está sendo dividida. O que eu defendo aqui... Respeitando a história do prefeito, do senhor Makoto, conheço a história dele, não duvido da capacidade dele de fazer essa cidade progredir. Mas, no entanto, eu, através do meu voto, eu não posso permitir também que a mesa do pai de família tenha um regresso. Aquele que às vezes não consegue comer uma comida, não é uma comida melhor, uma comida básica durante toda a semana, por conta de uma taxa dessa aí que vai dar mais de 50 reais, o valor da taxa, essa pessoa tem que diminuir no seu alimento que já é na maioria do tempo ali regrado. É como se fosse uma ração diária, aquela porção de cada dia. Então, o que eu defendo é que essa conta não pode ser só da população. O projeto, conforme eu falei, é legítimo, mas não é justo que nós joguemos toda essa conta nas costas da população. "Ah, mas se o projeto não for aprovado hoje", conforme os vereadores falaram, respeito a opinião de cada um, conversamos mais de uma hora durante essa semana aí,



Câmara Municipal de São Gotardo

Madeira. Mas o que defendo é o seguinte: se hoje não for aprovado, que haja uma discussão entre esta casa, o poder executivo, o Ministério Público, para que essa conta seja dividida. Meus amigos, não é justo você pegar uma pessoa que hoje paga 60 e falar: "a partir de agora... a partir do momento que a taxa for colocada, você que pagava 60, agora você vai pagar 400". Então, é necessário também um pouco de empatia, se colocar no lugar dos mais pobres e dos mais humildes. Há quem defenda que a taxa deve sim ser paga. Seja 600 ou mil reais por mês, por ano que seja, sim, mas são pessoas de boa condição financeira. Não são aquelas pessoas que quando entram no mercado, ela vê um produto na prateleira e ela fica com vontade de comprar. A gente vê muito nos mercados, criança pede alguma coisa, o pai fala: "não, hoje não pode". E eu falo não é do que eu vejo em televisão e sei lá, eu falo do que eu vivencio no dia a dia, no envolvimento da gente com as pessoas, no meio do comércio, no meio da população. Em São Gotardo, infelizmente, o custo de vida é altíssimo, é altíssimo e agora nós, aprovando essa lei, jogamos mais essa carga pesadíssima para a nossa população. E que fique bem claro aqui, senhor prefeito, o vice-prefeito também, que o que eu estou falando aqui, o meu voto não é nada pessoal. Não é nada pessoal. Respeito a história de cada um e acredito na capacidade de cada um de produzir bem pelo nosso município. Mas o que eu defendo hoje é que essa conta não pode ficar toda para a população. Eu acho que é necessário um diálogo e que essa conta seja dividida, que cada um... é aquela história, quando alguém está carregando um



Câmara Municipal de São Gotardo

peso muito grande e um companheiro chega e ajuda, o peso vai pela metade, divide. Então o que eu defendo é isso. E agradeço... Agradeço a palavra e vamos para o voto. Devolvo a palavra, presidente. **Vereador Leonardo Madeira:** Pela ordem, senhor presidente. Só recapitulando aqui, o seguinte. Vale dizer, não se iludam, vale dizer o seguinte. O que vocês pagam, a taxa de lixo que está lá no IPTU, né, seu Waldemário? Não se iludam que aquele valor vai continuar não, minha gente. Se passar com o consórcio ou sem o consórcio. Porque a prefeitura, com essa lei de 2020, ela tem que cumprir vários requisitos. Não é só simplesmente coletar o lixo como vem sendo feito e depositar lá no lixão, não. Tem diversos trâmites aqui que vão ter que ser cumpridos, vai gerar custo para o município e esse custo vai ser repassado à população. Então, não se iludam que aquele valorzinho que vem lá no IPTU vai continuar o mesmo bonitinho a partir de 2027, não. Entendeu? É isso que eu quero deixar bem claro. O valor com o consórcio vai ser um. Sem o consórcio, vai doer muito mais no bolso da população. Porque, como eu falei na minha fala anterior aqui, a prefeitura vai ter um gasto muito maior, e com o consórcio vai haver economia para o município e para a população. Então não se iludam com aquele valor do IPTU que está lá, a taxa de coleta de lixo. Não se iludam por isso. Ok? Devolvo a palavra. **Vereador Silvério de Paula:** E só ressaltando o que eu já falei, que não há de se discutir mais negociações. A lei já foi colocada pelo Congresso. Não existem negociações de agora para frente. Isso tem que ficar claro para a sociedade, por quê? Esse projeto já veio a esta casa na



Câmara Municipal de São Gotardo

legislatura passada e não teve apreciação. Então isso é claro. Isso é muito claro e a gente tem que deixar isso para a sociedade, por quê? Porque a conta vai chegar e está chegando, e a responsabilidade ficou para a gente. Então, cada um assume sua responsabilidade, o que acha que é certo e, assim, a lei está aí. E a culpa não é da sociedade. Se há de se julgar, que julguem o Congresso e seus deputados que impuseram isso para os municípios de todo o Brasil. Muito obrigado. **Vereador Carlos Camargos:** Senhor Presidente, eu só gostaria de realmente reiterar aquilo que o Madeira e Waldemário falou. A Câmara Municipal, se aprovada essa taxa, não está criando taxa. O posicionamento do vereador é livre, ele tem mandato parlamentar para isso. Se eu for obrigado a votar "sim" numa lei aqui, eu prefiro entregar o meu cargo. Se a justiça vier querer me reprimir porque eu votei "não", então não preciso ser eleito vereador. Mas o que o Waldemário, o Madeira e Ticuncum diz, o colega que vota "sim" aqui, ele não está votando para criar a taxa. Infelizmente, e o Waldemário falou muito bem sobre responsabilidade, nós sim temos muita responsabilidade, tanto é que temos votos divergentes, porque há pensamentos e correntes diferentes, e o respeito. Não sairemos amanhã apontando o dedo para nenhum colega aqui. Agora, a sociedade vai fazer a sua avaliação, a sua crítica. A responsabilidade de cada um aqui é por várias situações que estão sendo colocadas. Agora, desculpa, a falta de respeito com o povo é do Congresso Nacional. A falta de empatia, como o Marcão colocou muito bem aqui, de não pensar no povo



Câmara Municipal de São Gotardo

trabalhador. Marcão, você e eu dividimos a pista lá de manhã todo dia de madrugada, né? Às vezes, até eu mesmo chego, 5:35, 5:40, no supermercado. E entram lá 650 pessoas para tomar café. Tudo que está em promoção de bolachas, o trabalhador vai lá comprar. Porque está difícil. O custo de vida está caríssimo. E eu já tive que dar lanche para trabalhador hoje de manhã, que chegou para mim e disse: "Ow Senhor Carlos hoje nem marmitta eu tenho". Você me dá o lanche?". Você pode pegar o lanche. E não se enganem, nós temos um problema gravíssimo de moradia na nossa cidade, e em Guarda dos Ferreiros é mais latente ainda, de moradias impróprias, que eu já denunciei várias vezes, tive a coragem de denunciar. E pagam-se absurdos num barraco de dois cômodos, sem reboco, sem piso, sem banheiro adequado. Seiscentos reais, oitocentos reais, mil reais. E as pessoas, às vezes, ficam me devendo lá porque não deram conta de pagar. Falam: "Seu Carlos, eu tenho que pagar primeiro o aluguel, senão eles me despejam". E infelizmente há uma grande exploração dessas pessoas por quem tem essas casas de aluguéis. Então, o custo de vida em São Gotardo, colocado muito bem pelo nosso colega Marcão, é muito alto. Mas é preciso que, e o Marcão disse muito bem, vamos buscar outras opções. Eu falei hoje no grupo, e aí eu peço ao senhor prefeito que façamos o recadastramento imobiliário da cidade, porque eu sei que está na pauta dele, porque nós temos uma discrepância de imóveis cadastrados e imóveis não cadastrados. Eu posso levar aqui e mostrar as casas. Lote e está lá como lote vago. Então isso não é aumentar taxas, isso é



Câmara Municipal de São Gotardo

justiça tributária. Se eu pago IPTU na minha casa, o vizinho também vai pagar e a gente vai poder reclamar. A Prefeitura não está criando um novo imposto, está sim trazendo todo mundo para o cadastro. Em Guarda dos Ferreiros, pode contar quantos por cento que está recolhendo o IPTU. Então, tragamos todo mundo para o cadastro imobiliário, que nós vamos sim aumentar muito a arrecadação. Eu digo isso porque eu estive na gestão de 2013 a 2016, tinha uma cultura de não pagar nem IPTU em São Gotardo. Prefeitura com dificuldades gravíssimas financeiras. Foi o primeiro prefeito que teve coragem de cumprir a lei de responsabilidade fiscal e dizer: "eu recebi a procuração do povo, eu tenho que pagar as contas do município, mas quem dever ao município, taxas e IPTU, eu vou encaminhar a cobrança e se não, vai para o cartório". Nós arrecadamos e conseguimos colocar o pagamento em dia e fizemos obras. Então, há opções para se arrecadar, e que não é aumentar a taxa nas costas do povo. Agora, a mesma lei, as diretrizes do saneamento de 2007, a 11.445, obrigou São Gotardo a fechar um contrato de concessão com a Copasa, que não cumpriu até hoje. E ninguém faz a Copasa cumprir? E nem parar de cobrar a taxa? E aí? A Copasa vai continuar desrespeitando nosso povo, nosso povo pagando, e agora não cria a taxa de esgoto? Eu vou aceitar uma lei federal? Eu não vou aceitar, eu vou questionar ela até onde eu puder, até onde eu sobreviver nessa cadeira, até onde eu ficar nessa cadeira, e para 2026 eu vou bater nos deputados e senadores iguaizinhos se bate em cachorro que entra e mijá na horta. Porque... ah não, desculpa, não pode



Câmara Municipal de São Gotardo

bater nos cachorros não. Se bater, o Marcão fica bravo, mas se entrar na horta... Então, o que é de se estranhar é o seguinte: em Ibiá, não tem saneamento, não tem tratamento de esgoto. E não cumpriu a lei 11.445 de 2007. E aí? Agora nós estamos espremidos aqui, colocando um vereador contra o outro, talvez, um interpretando que o outro vai ficar chateado porque eu vou votar não, vai ficar chateado comigo, mas desculpa, eu respeito o voto de quem vai votar sim, mas eu quero que respeitem o meu voto. Então, é difícil o Congresso Nacional jogar uma bomba dessa nas nossas costas. E o mais difícil, contrato com a Copasa... ah, eu não vou cair nessa balela de novo, não, desculpa, não vou cair. Eu vi isso acontecer, eu estou vendo até hoje a Copasa não cumprir o contrato. Eu tenho que juntar as duas coisas. Eu sei que para o consórcio, não sei o quê, tem que ser muitos anos. Aí é a mesma história. Pagamos para a Copasa começar a construir a estrutura. Vamos pagar para o consórcio começar a construir a estrutura. E aí o Marcão diz muito bem, vamos dividir a responsabilidade, vamos questionar os nossos congressistas, governo federal faz a sua parte, governo estadual principalmente. Depois de funcionando... Aí, conta comigo. Eu quero que cada um pague pelo lixo que produz, porque hoje a gente produz muito lixo. Mas primeiro, tem que dividir a responsabilidade. Devolvo a palavra e vamos para o voto.

Vereador Marcos Paulo: Senhor presidente, só para constar no registro da reunião, é do conhecimento de todos que esse projeto trouxe uma pressão muito grande, no sentido de que conversamos sobre esse projeto há poucos dias, foi marcada



Câmara Municipal de São Gotardo

uma audiência que foi realizada na segunda-feira e eu não vou falar por todos, eu vou falar por mim, mas eu acredito que a maioria teve conhecimento do conteúdo real do projeto na segunda-feira. Cogitou-se votar esse projeto na terça-feira. Não foi votado na terça, passou mais um dia, quarta-feira, e estamos votando hoje, na quinta. Então é necessário que se haja uma compreensão que um projeto desse tamanho, um projeto dessa complexidade, você não pode analisar ele em uma semana, três, quatro dias e definir o seu voto. Se houvesse mais tempo para analisar esse projeto, eu penso que alguns votos aqui iam mudar, inclusive o meu. Inclusive o meu. Mas o projeto veio muito rápido de forma a pressionar. Foi assim que pressionou. E o projeto está sendo votado hoje, quinta-feira, três dias após a audiência pública. Se tivesse tido tempo suficiente para conversar, nós poderíamos ter chegado nesse consenso onde eu falei, e o Carlos também falou aqui, de dividir essa carga, de dividir esse peso. Porque se se fala que pelo consórcio é mais barato, então nós poderíamos ter conversado com o executivo, e o executivo, através de uma busca, através de um recurso, alguma coisa, podia dividir também essa questão do convênio, do consórcio, melhor dizendo. Que nós não entregássemos essa taxa por completo para a população. Igual estava no talão, 60 reais essa taxa, se aprovada hoje, ela será excluída. Uma taxa de 60 reais será excluída. E no lugar dela será colocada uma outra taxa de 400 para alguns, 500 para outros e 600 para outros. Então foi muito rápido. Foi muito rápido e talvez esse tempo, tão pouco tempo, fez com que houvesse essas divergências. Talvez com



Câmara Municipal de São Gotardo

um tempo mais hábil, com mais conversas, talvez poderíamos ter chegado num consenso. Obrigado. Devolvo a palavra, presidente. **Vereador Waldemário França:** Senhor presidente, pela ordem, eu não usaria a palavra novamente. Só a título de esclarecimento, esse projeto entrou na casa, segundo o carimbo, em 26/06 deste ano. Mas, infelizmente, estávamos muito apáticos a esse projeto. A hora que chegou... finalmente, fez igual ao corredor, aquele que pulou o alambrado. E como a mesa, às vezes, apesar de eu até fazer minha homenagem a vocês, vocês participam muito, a mesa tem outras ocupações, mas vocês estão sempre a par das condições. Mas eu tenho conhecimento dele desde essa época. E se ele me propôs... Gostaria também de deixar claro que, como o Carlos lembrou, dos 30 anos que tem a Copasa, esquecendo a Copasa, o assunto hoje aqui não é a Copasa, é o seguinte: o projeto do consórcio, se não estiver resolvendo, tem cláusula de cancelamento. Hoje, nossa companhia de saneamento, a Copasa, imagina se nós fôssemos cancelar o contrato? Como o município pagaria as benfeitorias? Vence em 2038, né? Vamos deixar as coisas acontecerem, entendeu? Então, tem que marcar o meu tempo. É mais simples, por isso a votação é até muito grande e como eu sempre também milito na área social, no meio do povo, a minha intenção ao votar "sim" é que, sei que 10, 15 reais fazem diferença para muita gente. Infelizmente, você disse, nós temos o salário aqui, temos outros. A gente tem que olhar por todos, tem que olhar por 60 mil pessoas, entendeu? Dessas, tem pessoas que... acho que são baixa renda, haja vista a questão dos planos de



Câmara Municipal de São Gotardo

desenvolvimento, ajuda. Hoje é muito difícil achar pessoas para trabalhar. Eu tenho uma lojinha que vai completar 42 anos. Eu estou tentando fechar a loja porque eu não encontro pessoas para trabalharem. Então, isso é um problema. Eu gostaria de deixar bem claro aqui que a gente está votando no negócio por uma pressão não do município, mas sim do Congresso Nacional que jogou essa batata na nossa mão. Que nós sejamos felizes, que tenhamos sabedoria e que Deus seja louvado e nos permita que seja o melhor possível, independente da situação que estiver aqui. Eu espero que passe outro projeto para que o município possa também tirar isso aí. Um abraço, obrigado. **Presidente Fernando**

Albuquerque: Eu gostaria de pautar algumas coisas pertinentes aqui. Primeiro, esse projeto é tão complexo, tão complicado, que não tem como eu falar aqui que um está certo e outro está errado. Está todo mundo certo. Tudo que todo mundo falou eu concordo. Então, assim, é um problema essa questão do consórcio, porque tem outra discussão também. Uma coisa que me chamou muita atenção, principalmente nesses dois últimos dias, que a gente pautou a audiência, a reunião, eu também fiz contato com vereadores e prefeitos aqui da região e de outros locais. E uma coisa que me chamou muita atenção, levantou um sinal de alerta, eles me falaram, alguns: "Cuidado com esse consórcio que você está assinando um cheque em branco". Então assim, 30 anos a gente sabe que tem toda aquela estrutura que até foi falado na audiência que até 20 anos não vai nem ter lucro, vai só fazer o pagamento ou a compensação, mas tem esse ponto para ser



Câmara Municipal de São Gotardo

discutido, como o Marcão falou também, para a gente poder dividir essa carga, arrumar uma outra solução, igual eu já tinha conversado também com o Carlos sobre essa questão de outros imóveis, outras residências que não pagam IPTU para regularizar, para gerar essa arrecadação, para tentar fazer uma compensação. Essa questão que incomodou a todos nós: o tempo para analisar esse projeto. Igual o senhor Waldemário disse, o protocolo foi feito. Só que de fato, para a gente debruçar e estudar sobre ele, o negócio veio como um furacão. E isso não é porque está todo mundo sendo pressionado. Não é culpa do Ministério Público, não é culpa do Poder Executivo e muito menos do Poder Legislativo. Como já foi falado, isso veio de cima para baixo, do Congresso Nacional. Então, jogaram isso para a gente resolver de uma forma covarde. E está todo mundo aqui... Eu mesmo, eu acordei hoje 4 horas da manhã, não consegui dormir mais, preocupado com isso, porque, como se diz, "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Qualquer decisão que a gente tomar aqui vai ser ruim. Tem que ver a redução de danos, o que é menos pior, porque não tem decisão boa. O efeito de tudo isso, de resíduos sólidos, é necessário para ser benéfico. Agora, essa questão nos incomoda muito: o povo. O povo arcar com isso. E eu fiquei muito receoso e estou me pronunciando aqui porque existe uma chance real de eu também ter que votar, de dar um empate e eu ter que desempatar. Então, eu acho que é justo eu me manifestar, me pronunciar sobre isso. Esse contrato, ainda que vamos supor que a gente feche com o consórcio, seja aprovado e vá para frente, não é tão simples assim, se eles



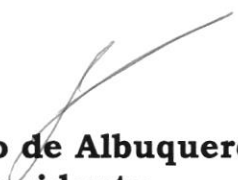
Câmara Municipal de São Gotardo

não cumprirem com alguma cláusula, você romper com isso. Não é simples. Vai mover ação judicial, olha o que está acontecendo com a Copasa aí, chega a segunda, às vezes até terceira instância e não se resolve. A gente sabe que a realidade é essa. Então, eu fiquei muito chateado como isso aconteceu, caiu no nosso colo, e constrangido com a forma como isso veio de cima para baixo para nós. Porque o Congresso Nacional é o verdadeiro culpado do que está acontecendo. Agora, eu também sou favorável ao que foi falado pelos colegas aqui, da gente sentar com o Executivo e tentar buscar uma outra alternativa que não seja essa, tudo em cima do povo. E deixar bem claro que o que for acontecer aqui e daqui para frente não é culpa de ninguém. A gente está aqui e ninguém quer votar isso aqui, ninguém queria participar disso daqui que está acontecendo. Mas infelizmente nós somos obrigados a fazer. Então, diante de tudo isso, eu pronuncio aqui e manifesto que caso eu tenha que desempatar, eu vou votar contra o projeto. Se alguém não tiver mais o que falar... Então o projeto de lei número 49, de 2025, com emendas, está em votação. Está dando problema aqui no sistema, então vamos registrar nominal mesmo. Eu voto não, voto contra. O **Projeto de Lei nº 49/2025 com emendas** está em votação (votação painel eletrônico). **Ver. Adriano Leonel** votou pela aprovação, **Ver. Carlos Camargos** votou pela reprovação, **Ver. João Wilson** votou pela reprovação, **Ver. José Eugênio** votou pela aprovação, **Ver. Leonardo Madeira** votou pela aprovação, **Ver. Márcia Resende** votou pela aprovação, **Ver. Marcos Paulo** votou pela reprovação, **Ver. Renê Luiz** votou pela

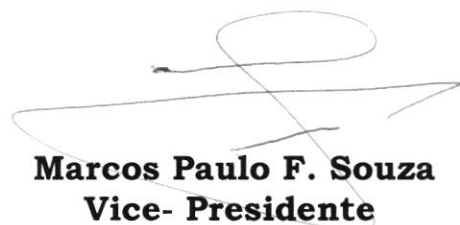


Câmara Municipal de São Gotardo

reprovação, **Ver. Rithelle Silva** votou pela reprovação, **Ver. Roberto Carlos** votou pela reprovação, **Ver. Silvério de Paula** votou pela aprovação, **Ver. Waldemário França** votou pela aprovação, **Ver. Fernando Albuquerque** votou pela reprovação. O **Projeto de Lei com emendas nº 49/2025** foi **REPROVADO por 07 votos.** **Presidente:** Agradecendo a todos pela presença: “Nada mais havendo, com a Graça de Deus declaro encerrada a reunião.” Do que para constar, eu **01º Secretário da Câmara Municipal de São Gotardo**, Rithelle Natanael Silva lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelos demais membros da Mesa Diretora. São Gotardo, 04 de Setembro de 2025.



Fernando de Albuquerque França
Presidente



Marcos Paulo F. Souza
Vice- Presidente



Rithelle Natanael Silva
Primeiro Secretário



João Wilson de Camargos
Segundo Secretário